



Laudo aponta tentativa de suicídio no Cerespinho

• **Parecer definitivo sobre menor de 15 anos foi divulgado ontem**

O laudo definitivo do menor que teria tentado se enforcar no Centro Socioeducativo de Juiz de Fora aponta que o adolescente, internado em estado gravíssimo no HPS, tentou mesmo se matar. O parecer pericial foi divulgado ontem pelo delegado Raphael Barreto Couto, que investiga o caso.

Conforme o exame, o interno, de 15 anos, sofreu aperto externo no pescoço, por enforcamento, com a utilização de material de consistência mole para a confecção de laço.

Segundo o delegado, o laudo será anexado ao inquérito, que já conta com depoimentos dos agentes que localizaram o adolescente, dos dois menores que dividiam a cela com ele e da mãe da vítima.

— Estou investigando informações trazidas pela mãe do menor no que diz respeito a ameaças que o interno vinha sofrendo — destacou Couto,

ressaltando que a conclusão do caso pode terminar em 30 dias, contados a partir da abertura do inquérito.

— Só vou pedir prorrogação caso haja necessidade, com o surgimento de novos dados, mas minha intenção é encaminhar o processo à Justiça dentro do tempo limite.

PIORA NA EVOLUÇÃO

De acordo com a Secretaria de Saúde, o estado de saúde do adolescente é gravíssimo. Ele está em coma profundo, respirando através de aparelhos. Além disso, o menor não reage a estímulos

externos e nem a medicamentos, evoluindo para um quadro de piora.

O CASO

A Secretaria de Estado de Defesa Social informou que, no último dia 27, o menor atentou contra a própria vida, através de enforcamento, dentro do Centro Socioeducativo. O jovem foi encontrado no alojamento às 14h15min, por três agentes, que imediatamente realizaram procedimentos de reanimação e primeiros socorros. Em seguida, foi conduzido, desacordado, à Policlínica de Benfica.

Bate-boca acaba em tiros

Discussão entre moradores da Vila Ozanan terminou em tiros. Um homem, de 24 anos, efetuou quatro disparos na direção de um casal no final da tarde de segunda-feira. De acordo com um dos envolvidos, a confusão começou depois que duas mulheres começaram a insultar sua esposa. Em seguida, dois parentes delas jogaram um copo contra ele e a mulher. O ato acabou gerando luta corporal entre todos. Em seguida, o autor, que é parente das mulheres, foi até sua casa, pegou um revólver e efetuou os disparos, fugindo em seguida. Os outros envolvidos foram levados ao HPS, onde foram medicados e liberados.

Engenheiros e arquitetos se mobilizam

• **Sem reajuste, profissionais que trabalham na PJF pensam em reduzir carga horária**

Depois de uma “reunião decepcionante” com o titular da Secretaria de Administração e Recursos Humanos (SARH), Vítor Valverde, na segunda-feira, engenheiros e arquitetos de carreira da Prefeitura de Juiz de Fora se reuniram na manhã de ontem, na sede do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea), para avaliar estratégias norteadoras da campanha salarial da categoria. A classe reivindica a extensão do Salário Mínimo Profissional (SMP), previsto em lei para trabalhadores regidos pela CLT, a estatutários. A fixação do benefício representaria incremento de quase cinco salários ao atual vencimento médio dos profissionais.



JOÃO SCHUBERT

• **Avaliação de estratégias na reunião de ontem, no Crea**

A Lei 4.950 A, de 1966, prevê que o menor valor a ser pago aos diplomados pelos cursos de Engenharia e Arquitetura, entre outros, deve ser de 8,5 mínimos por jornada de trabalho de oito horas diárias. Segundo o representante do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Minas Gerais (Senge-MG) em Juiz de Fora, João Queiroz, atualmente os cem profissionais da área recebem do mu-

nícipio, em média, 3,9 salários — R\$ 1.813. De acordo com a legislação que estipula o SMP, o vencimento deveria ser de R\$ 3.952.

— Existe lei específica que se refere aos contratos regidos pela CLT, mas nossa luta é pela extensão do benefício aos estatutários (caso da maioria dos engenheiros e arquitetos do município), que estão com o salário

muito defasado em relação ao mínimo profissional — explica Queiroz.

Em 1995, quando o piso nacional era de R\$ 100, o município chegou a pagar R\$ 850 aos engenheiros, mas, logo no ano seguinte, a proporção se perdeu. Agora, o Senge afirma que uma proposta para a implantação de reajustes progressivos até que se chegue ao limite estabelecido por lei foi colocada em pauta nas primeiras reuniões com a Prefeitura. Segundo o representante do sindicato, na ocasião a administração municipal teria sinalizado positivamente, mas, após segunda rodada de negociações, retrocedeu.

— Não há qualquer vontade política em reajustar salários de servidores. A posição da Prefeitura é decepcionante. Aumento linear de 1% é a mesma coisa que zero. É uma injustiça com quem já dedicou mais de 15 anos de carreira ao município — reclama.

INFLAÇÃO

Descrente de que o reajuste salarial alcançará os 8,5 salários a curto prazo, a categoria insiste que a Prefeitura acene, pelo menos, com 6%, reposição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado no orçamento municipal aprovado pelo Legislativo para 2009. O Senge destaca, ainda, que, até agora, os benefícios oferecidos à categoria, como a Anotação de Responsabilidade Técnica, não passam da formalização de compromissos já previstos por lei.

Com as negociações emperadas, a categoria estuda propor redução da carga horária ao nível equivalente ao salário recebido. Assembleia foi convocada para as 17h de sexta-feira, na sede do Crea, para deliberar sobre a possibilidade da diminuição das horas trabalhadas e traçar estratégias para a fixação do Salário Mínimo Profissional.

Hoje o funcionalismo paralisa as atividades, mais uma vez, com assembleia marcada para as 9h na escadaria da Câmara Municipal.